



Passagens. Revista Internacional de História Política
e Cultura Jurídica
ISSN: 1984-2503
historiadodireito@historia.uff.br
Universidade Federal Fluminense
Brasil

Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia

Bissio, Beatriz

Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia

Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 9, núm. 3, 2017

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337353512018>

DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-20179308>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia

La alianza entre Rusia y China, y el futuro de Euroasia: nuevos escenarios geopolíticos

The Russia-China alliance and the future of Eurasia: new geopolitical scenarios

L'alliance entre la Russie et la Chine et l'avenir de l'Eurasie : nouveaux contextes géopolitiques

俄罗斯与中国的联盟以及欧亚大陆的未来：新的地缘政治局面

Beatriz Bissio ¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

bbissio@ufrj.br

DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-20179308>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337353512018>

Recepção: 02 Março 2017

Aprovação: 22 Maio 2017

RESUMO:

Após um breve período em que o poder dos Estados Unidos parecia incontestável, o cenário internacional apresenta atualmente uma tendência ao deslocamento da hegemonia em direção ao Oriente, com a China e a Rússia despontando como atores de primeira grandeza. Esses dois gigantes asiáticos, depois de minimizar o peso das disputas que dificultavam sua aproximação, têm construído nos anos recentes uma parceria – principalmente no plano econômico, mas com profundo significado geopolítico – que vem se consolidando desde 2013, com a ascensão ao poder na China do presidente Xi Jinping. O presente artigo analisa as implicações e projeções da aliança sino-russa na Ásia e além.

PALAVRAS-CHAVE: China, Rússia, União Econômica Eurasiática, Organização de Cooperação de Xangai, Nova Rota da Seda.

RESUMEN:

El artículo analiza las implicaciones y proyecciones de la alianza sino-soviética en Asia y otras regiones. Tras un breve período durante el cual el poder de Estados Unidos parecía incuestionable, el escenario internacional presenta actualmente una tendencia al desplazamiento de la hegemonía hacia Oriente, con China y Rusia en destaque como agentes de primer orden. Estos dos gigantes asiáticos, después de minimizar el peso de las disputas que dificultaban su acercamiento, han desarrollado en los últimos años una relación de colaboración —principalmente en el campo económico, pero con un profundo significado geopolítico— que se ha ido consolidando en mayor medida a partir de 2013, con el ascenso al poder en China del presidente Xi Jinping.

PALABRAS CLAVE: China, Rusia, Unión Económica Euroasiática, Organización de Cooperación de Shanghái, nueva Ruta de la Seda.

ABSTRACT:

The following article analyzes the implications and projections of the Chinese-Russian alliance in Asia and beyond. After a brief period in which the power exerted by the United States seemed incontestable, the international sphere is currently showing signs of a shift in hegemony toward the East, with China and Russia emerging as the main players. After mitigating areas of contention hindering an alliance, in recent years these two Asian giants have built a partnership – mainly on economic bases, but also with a profound geopolitical significance – to have been increasingly consolidated since 2013, with the swearing-in of Chinese President Xi Jinping.

KEYWORDS: China, Russia, Eurasian Economic Union, Shanghai Cooperation Organization, New Silk Route.

RÉSUMÉ:

AUTOR NOTES

- ¹ Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre África, Ásia e as Relações Sul-Sul (NIEAAS) E-mail: bbissio@ufrj.br

bbissio@ufrj.br

Cet article analyse les implications et les perspectives de l'alliance sino-russe en Asie et au-delà. Après une courte période durant laquelle le pouvoir des États-Unis semblait incontestable, le contexte international présente actuellement une tendance à un déplacement de l'hégémonie vers l'Orient, avec la Russie et la Chine s'affirmant comme acteurs de prime importance. Ces deux géants asiatiques, après avoir aplani les différends qui rendaient leur rapprochement difficile, ont construit ces dernières années un partenariat – principalement sur le plan économique, mais avec de profondes répercussions géopolitiques – que l'on voit se consolider depuis 2013 avec l'arrivée au pouvoir en Chine du président Xi Jinping.

MOTS CLÉS: Chine , Russie , Union économique eurasiatique , Organisation de coopération de Shanghai , Nouvelle Route de la Soie.

摘要:

本文分析了中俄联盟对亚洲及亚洲以外地区的影响并预测了未来走向。前苏联崩溃之后，在一短暂的时期内，美国的力量似乎达到了无可争辩的顶峰。此后，国际局势发生了变化，世界霸权逐渐向东方转移，中国和俄罗斯被认作国际舞台首屈一指的大国。在最大限度地减少他们两国之间的争端之后，这两个亚洲巨头近年来建立了一个伙伴关系—虽然伙伴关系主要体现在经济领域，但具有深刻的地缘政治意义。中国习近平主席上台之后，2013年以来，这种伙伴关系一直在巩固和加强。

關鍵詞: 中国, 俄罗斯, 欧亚经济联盟, 上海合作组织, 新丝绸之路。

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos e o Brexit (o resultado do plebiscito que optou pela saída do Reino Unido da União Europeia) foram exemplos recentes e expressivos das profundas mudanças que está sofrendo o cenário internacional. Alguns analistas já especulam sobre o início de “uma nova era”. De fato, muita coisa mudou desde o término da Guerra Fria e posterior desmembramento da União Soviética, quando nos anos 1990 do século 20 a nova conformação política internacional parecia indicar o surgimento de um mundo unipolar, com os Estados Unidos como potência hegemônica.

Aos poucos foram ficando em evidência indicadores de que essa percepção não tinha levado em consideração movimentos profundos e sutis que afloraram mais nitidamente no século 21. Hoje o cenário aponta claramente para a formação de um mundo multipolar, com Rússia e China como atores de destaque. Mais do que isso, vislumbra-se um declínio progressivo do Ocidente. Entre as variáveis que anunciam esse movimento há uma significativa: a economia ocidental perderá mais da metade de seu peso nos próximos 15 anos.² Com a hegemonia internacional deslocando-se para o Oriente, os Estados Unidos, apesar de ainda mostrarem grande vigor, em particular devido a suas tentaculares capacidades militares, podem deixar de ser a primeira potência mundial já nos próximos cinquenta anos.³

Se essas tendências se consolidam, pela primeira vez em séculos – pensemos na icônica data de 1492! - o predomínio ocidental no mundo estaria chegando a um fim. E essa mudança não teria somente um profundo significado geopolítico, mas também poderia implicar na superação do mito da “supremacia da raça branca”, alicerce da justificativa da dominação colonial e neocolonial. Esse conceito, bem analisado pelos representantes dos estudos da colonialidade do poder e das teorias críticas, ainda é muito forte nos corações e mentes de boa parte da sociedade dos chamados países desenvolvidos e está presente na política adotada por muitos governos europeus, e agora também pelos Estados Unidos, em relação aos emigrantes e refugiados.

O grande historiador Eric Hobsbawm chamou o século 19 de “o século da Europa”; o século 20 foi por ele definido como o “século Americano” (dos Estados Unidos),⁴ e possivelmente, no futuro, o século 21 será visto como “o século da Ásia”.

A perspectiva dessa mudança, perceptível através de sinais da lenta perda de capacidade de inovação dos Estados Unidos, tem suscitado temores e especulações em Washington e nos mais importantes centros de poder ocidentais. Com o crescente encolhimento econômico do país,⁵ de onde virão os recursos para continuar a sustentar o poderoso esquema militar que os Estados Unidos da América (EUA) mantêm hoje no mundo, constituído, segundo o Professor Emérito de Geografia da Universidade de Quebec e destacado pacifista, ambientalista e defensor dos direitos humanos Dr. Jules Dufour, por mais de 255 mil membros das

Forças Armadas espalhados em 156 países, 63 deles com bases militares?⁶ Os temores que o novo cenário suscita explicam muitos dos fatos marcantes da atual conjuntura internacional, que têm contribuindo a criar uma situação de perigosa instabilidade. Não são poucos os analistas que comparam este momento às décadas de “paz armada” que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Lembre-se que entre o final do século 19 e as primeiras décadas do século 20, as disputas decorrentes de interesses imperialistas incentivaram uma acelerada corrida armamentista, com as armas sendo testadas nos territórios coloniais asiáticos e africanos. Nos anos recentes, o negócio da venda de armas cresceu exponencialmente.

Assinale-se que os Estados Unidos gastam em defesa anualmente praticamente o mesmo que todos os demais países do mundo, juntos: 711 bilhões de dólares! Observe-se que a China, que ocupa o segundo lugar em orçamento de Defesa, gasta anualmente 143 bilhões de dólares.⁷ É significativo, nesse contexto, que em dezembro de 2016, na condição de presidente eleito, Donald Trump tenha afirmado, utilizando a sua ferramenta de comunicação preferida, a conta do Twitter, que “os Estados Unidos precisam fortalecer e expandir sua capacidade nuclear até que o mundo chegue a um senso comum em relação às armas nucleares”. Ele complementou a afirmação no dia seguinte, em entrevista à emissora MSNBC: “Que haja uma corrida armamentista”, disse Trump. “Seremos superiores em cada passagem e superaremos a todos”.⁸ Mas a corrida armamentista não é de hoje e o papel central dos Estados Unidos nela também não. Julien Assange, fundador do *WikiLeaks*, afirmou em entrevista a John Pilger, concedida em outubro de 2016 na Embaixada do Equador em Londres, onde está asilado, que durante o mandato de Hillary Clinton na Secretaria de Estado, no governo Obama, aconteceu “o maior negócio de armas de toda a história do mundo, com a Arábia Saudita, por um total de mais de \$80 bilhões”. Assange ainda denunciou que “de fato, durante o mandato dela [Hillary] como Secretária de Estado, o valor total em dólares, das exportações de armas dos EUA, dobrou”.⁹

No cenário de “nova Guerra Fria” dos últimos anos, vários sangrentos conflitos envolveram, direta ou indiretamente, os EUA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de um lado, e Rússia e China, do outro. Mais uma vez, o cenário dos confrontos fica fora do território das potências nucleares. Mas se as piores previsões de alguns estudiosos da política internacional estiverem corretas, o mundo estaria vivendo o prelúdio de uma conflagração de maiores proporções, cujo estopim poderia estar no Oriente Médio, na Coreia do Norte ou na Europa oriental, com epicentro na Ucrânia.

O “DESENVOLVIMENTO DESIGUAL” E O MUNDO MULTIPOLAR

Muitas interpretações têm sido dadas para as causas do declínio do Ocidente. Particularmente interessante é a análise do cientista político e professor Luís Fernandes em seu recente artigo “Brasil: a dimensão geopolítica do golpe”.¹⁰ Ele entende que é possível explicar, pelo menos parcialmente, a origem desse declínio utilizando o conceito de “desenvolvimento desigual” formulado há um século por Lênin a partir de reflexões de Hobson e Hilferding nos debates teóricos sobre a Economia Política do Imperialismo. (Assinale-se a interessante coincidência de resgatar esse conceito de Lênin no ano em que a Revolução Russa comemora seu centenário.)

Segundo Fernandes, o conceito de “desenvolvimento desigual”, retomado por estudiosos atuais da Economia Política das Relações Internacionais, como Robert Gilpin, explica a tendência estrutural à erosão do poder do centro hegemônico (leia-se, os Estados Unidos) como consequência da ascensão de novos polos de maior dinamismo econômico em áreas de desenvolvimento capitalista mais tardio, seja no próprio centro ou na periferia do sistema. O autor descreve o processo desta forma:

Estudiosos realistas das relações internacionais, como Paul Kennedy e o próprio Gilpin, associam esse fenômeno (a erosão do poder do centro hegemônico e a ascensão de novos polos) aos altos custos da manutenção da hegemonia e à tendência para uma rápida difusão tecnológica para a periferia, em função das “vantagens do atraso” identificadas por Alexander Gerschenkron, que permitiriam aos retardatários queimar etapas de desenvolvimento ao incorporar técnicas mais avançadas e eficientes.

Já a abordagem que Kenneth Waltz batizou de “paradigma Hobson/Lênin” destacava o impacto dos processos de monopolização, do advento do capital financeiro e da crescente financeirização dos circuitos de acumulação nos países capitalistas centrais, levando à multiplicação de investimentos e aplicações em áreas mais “atrasadas” da economia mundial onde as taxas de lucro e de retorno eram mais elevadas.

Assim, os ganhos do capital financeiro, no coração do sistema, passaram a ser cada vez mais alimentados por uma lógica de especulação, sustentada por excedentes extraídos de atividades produtivas realizadas fora do centro.

Essa dinâmica levaria à decomposição do dinamismo econômico do centro e à ascensão de novos polos de maior crescimento no sistema. Ou seja, a dinâmica de desenvolvimento desigual mina continuamente as bases da ordem mundial estabelecida.¹¹

O fato é que - quaisquer que sejam as causas e suas explicações -, o século 21 apresenta um cenário internacional crescentemente multipolar. E nele dois atores de peso destacam-se, a Rússia e a China, que por isso mesmo são vistos pelas forças do *establishment* norte-americano como os maiores desafios às suas pretensões hegemônicas. O fortalecimento da posição da Índia também estaria no radar de Washington, em particular por sua reaproximação com a China, mas por enquanto não suscita o mesmo nível de preocupações.¹²

A RÚSSIA NO SÉCULO 21

Desde o início do século 21, a Rússia tem procurado recuperar o seu peso a nível mundial. De fato, depois de mergulhar numa crise política, econômica e social com a queda do Muro de Berlim e seus dramáticos desdobramentos, Moscou tem fortalecido a sua influência política e econômica (em particular no tema chave da energia) e está reagindo à anunciada decisão da OTAN de aumentar a presença militar ocidental nas fronteiras russas.¹³

O historiador brasileiro Alberto Moniz Bandeira, com mais de vinte livros publicados, estudioso em particular da atuação internacional dos Estados Unidos, no seu penúltimo livro, *A Segunda Guerra Fria*, de 2013, já previa a ascensão da Rússia. Para Moniz Bandeira, Vladimir Putin é hoje um *player* determinante, que sabe exercer a diplomacia, habilidade que o historiador não encontra entre os norte-americanos, mais voltados para impor o seu poderio militar.

O avanço da OTAN rumo ao Leste tem sido interpretado como a resposta dos EUA ao fortalecimento da influência russa na Ásia. De fato, não passou despercebida para o *establishment* dos Estados Unidos a exitosa estratégia russa de fortalecer um projeto eurasiático através de um duplo movimento: de um lado, a reconstrução das alianças com a maior parte das ex Repúblicas Soviéticas asiáticas, hoje Estados soberanos, priorizando acordos econômicos e projetos de infraestrutura, mas certamente visando obter ganhos políticos e geopolíticos; de outro, a ampliação dos acordos econômicos e comerciais com países asiáticos que nunca pertenceram ao espaço soviético e que, na verdade, desde o fim da Segunda Guerra Mundial estiveram na esfera de influência dos Estados Unidos.

Um exemplo do primeiro tipo de iniciativa é a União Econômica Eurasiática (*Eurasian Economic Union* [EAEU]), formada por Armênia, Belarus (ou Bielorrússia), Cazaquistão, Quirguistão e a Federação Russa, a partir de uma ideia que começou a ser formulada nos anos 90 do século passado e cristalizou em 2014. A rápida consolidação da EAEU está permitindo que outros países se interessem em participar do acordo. É o caso de Irã, Egito, Índia e Singapura, que já estão em negociações para assinar com a EAEU tratados de livre comércio, seguindo o caminho aberto por Israel e Sérvia, que têm negociações bem adiantadas nesse sentido.

O Fórum Econômico Oriental (*Eastern Economic Forum* [EEF]) - do qual participam Japão, Coreia do Sul e outros países da região, incluindo, naturalmente, a China - é um exemplo do segundo tipo de iniciativa. A reunião do EEF realizada em setembro de 2016 na cidade russa de Vladivostok, pouco antes da reunião do G-20, foi considerada um sucesso: contou com a presença do primeiro ministro do Japão, Shinzo Abe, e com

a participação de mais de 2 mil delegados de 60 países, foram assinados 200 acordos comerciais e aprovados 34 projetos de investimento por valor superior aos 20 bilhões de dólares.¹⁴

É lógico que nada disso seria possível se a Rússia não tivesse atualmente uma razoável unidade interna, que se traduz na confortável maioria que o Executivo desfruta no Parlamento, e boas perspectivas econômicas, depois de anos de angústias. Até o Fundo Monetário Internacional reconheceu os avanços registrados pela economia russa. Uma missão oficial do Fundo, liderada por Ernesto Ramirez Rigo, visitou a Rússia em novembro de 2016 e no seu relatório afirma que o país conseguiu sobreviver à queda do preço do petróleo e às sanções impostas pela União Europeia e pelos Estados Unidos. Levou pouco mais de dois anos para isso, tal qual o Presidente Putin anunciara na ocasião da imposição das sanções.

Eis o início do relatório assinado por Ramirez Rigo, ao regressar da visita a Rússia em novembro do ano passado:

A economia (russa) absorveu os choques do petróleo e das sanções, e há sinais de uma reviravolta nascente, embora a atividade econômica ainda deva se contrair em 0,6% este ano. A recuperação deve apresentar-se com uma base mais forte em 2017, com a economia prevista para se expandir 1,1 por cento, em parte devido ao aumento dos preços do petróleo. A inflação continuou a desacelerar e a atual projeção é de uma diminuição de 5,6 por cento no final de 2016; deve cair mais, para a meta de inflação do Banco Central, ao longo do próximo ano.¹⁵

A CHINA NO SÉCULO 21

Os dirigentes de Beijing há tempos vêm desenvolvendo a tese de que a estabilidade e prosperidade da China dependem da estabilidade e prosperidade de seu entorno geográfico. Essa tese está alicerçada na procura do bem-estar humano, enraizada no legado dos ensinamentos de Confúcio, ainda hoje muito importantes na China, que defendem como base do relacionamento social a benevolência, a reciprocidade e a harmonia. A convicção da necessidade de prestar atenção à integração regional levou o presidente chinês Xi Jinping a lançar o ambicioso projeto Um Cinturão, Uma Estrada - *One Belt, One Road* (OBOR) -, apelidado pela mídia de a *Nova Rota da Seda*,¹⁶ em 2013, seis meses depois de ter assumido a chefia do governo. Destinado a ampliar a integração econômica e política da Ásia, com desdobramentos na África, no Oriente Médio e até na Europa, o OBOR utiliza a via terrestre e marítima mediante impressionantes obras de infraestrutura – redes de transporte (rodovias, ferrovias para trens de alta velocidade), oleodutos, gasodutos, portos e fibra ótica – e deve estar completamente implementado em 2025. Tem potencial para criar um mercado dez vezes maior que o norte-americano e está alicerçado em abundantes recursos financeiros oriundos, entre outros, do Fundo Rota da Seda, do Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (BSII) e do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) ou Banco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Ao todo, estão previstos investimentos de 40 bilhões de dólares (aproximadamente 120 bilhões de reais) e inclui acordos de construção e empréstimos na Ásia Central em torno de 50 bilhões de dólares (aproximadamente 150 bilhões de reais).

Aliás, o projeto de desenvolvimento chinês teve uma vitória significativa em 2015, quando o yuan entrou na cesta de moedas que o FMI aceita nos Direitos Especiais de Saque (em inglês, *Special Drawing Rights* ou SDR), ou seja, quando o yuan passou a ser uma moeda de reserva adotada em todos os bancos centrais de países membros do Fundo, junto com o dólar estadunidense, a libra esterlina, o euro e o iene.

Na reunião do G-20 de setembro de 2016, realizada na cidade chinesa de Huangzhou, o presidente Xi deixou clara a importância que o seu governo dá ao projeto OBOR, considerado uma peça chave para o avanço da integração asiática e, mais ambiciosamente, euroasiática. Muito antes da “era Donald Trump” e dos questionamentos do novo presidente norte-americano ao Tratado Transpacífico de Livre Comércio (TPP),¹⁷ a iniciativa da Nova Rota da Seda era uma aposta da China ao esvaziamento do TPP, apresentando uma alternativa mais atrativa e menos arriscada para os países da região do que aquela liderada pelos Estados

Unidos. Várias outras iniciativas no plano da infraestrutura, visando a integração euroasiática, estão sendo planejadas ou em fase de operação. A expansão da linha férrea Transiberiana, com trens de alta velocidade, e a ferrovia Transeurasiana são alguns exemplos. Esta última já conecta a China (em Chongqing) com a Alemanha, cruzando Cazaquistão, Rússia, Belarus e Polônia, chegando até Duisburg, na região do Reno, na Renânia do Norte-Vestfália. Não faltam projetos que até parecem irrealizáveis, como o Canal Eurasiano do Mar Cáspio ao Mar Negro, chegando depois até o Mediterrâneo. Difícil? Já há apostas no sentido de que nos próximos anos aparecerão empresas construtoras chinesas com estudos demonstrando a sua viabilidade...

A COOPERAÇÃO RÚSSIA-CHINA

Nesse contexto devem ser analisadas as implicações geopolíticas da crescente cooperação entre Rússia e China, fortalecida ano a ano desde o início do século 21, quando foram praticamente superadas as disputas fronteiriças e as desconfianças mútuas que ainda criavam dificuldades para uma aproximação mais efetiva.

¹⁸ Comércio bilateral em expansão, acordos de envergadura assinados em duas áreas estratégicas, energia e segurança, são alguns dos resultados tangíveis desse novo cenário. Os exercícios militares realizados no marco da “Missão de Paz 2005” e a Declaração Conjunta China-Rússia para o século 21 (*World Order in the 21st Century*), ¹⁹ assinada em Moscou em julho de 2005, durante as celebrações do 60 aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, são exemplos da comum avaliação de chineses e russos em relação aos desafios do novo século. A mencionada declaração advertia que Moscou e Beijing rejeitariam qualquer tentativa de intromissão na região de parte de “forças estrangeiras” e se oporiam a toda imposição de “modelos de desenvolvimento políticos e sociais desde o exterior”. Não é difícil perceber que a declaração além de definir um novo patamar das relações entre a China e a Rússia, era uma resposta à chamada Doutrina Bush, que mostrou ao mundo a estratégia adotada pelos Estados Unidos e seus aliados da OTAN após os atentados do 11 de setembro. A doutrina elevava a níveis sem precedentes a capacidade de intervenção militar ocidental em qualquer país do mundo, através da formulação de dois conceitos chave, o “ataque preventivo”, isto é, sem necessidade de ter a sua justificativa numa agressão concreta, e o “cambio de governo” ou “cambio de regime” (*regime change*), que seria obtido mediante uma intervenção militar estrangeira (com ou sem o aval da Organização das Nações Unidas [ONU]) contra países supostamente vinculados ao terrorismo ou “integrantes do Eixo do Mal”, no vocabulário usado pelos falcões de Washington.

O novo patamar nas relações bilaterais foi estabelecido a partir de 2013, quando Xi Jinping assumiu a presidência da China e escolheu a Rússia para sua primeira viagem internacional. Desde então, têm sido frequentes as reuniões entre o presidente chinês e o presidente Putin – demonstrando sem dúvida, uma grande empatia entre os dois dirigentes. Depois de cada encontro, novas e importantes parcerias entre a Rússia e a China têm sido anunciadas. Além das reuniões bilaterais, outras, de diverso nível e caráter, têm sido realizadas nos últimos anos e, em particular, nos últimos meses, com participação da China e da Rússia, como as já mencionadas - a do G-20, na China, e a do *Eastern Economic Forum*, em Vladivostok, ²⁰ na Rússia.

Mais recentemente, tiveram lugar as manobras Mar Conjunto 2017 (*Joint Sea 2017*), uma semana de exercícios militares conjuntos Rússia-China, realizadas de 21 a 26 de Julho de 2017, no Mar Báltico, outro exemplo do realinhamento em curso na Eurásia. O exercício no Mar Báltico tem um desdobramento no Mar do Japão e Mar de Okhotsk, em setembro, num segundo exercício naval Rússia-China. A importância geopolítica desses exercícios conjuntos é evidente se se leva em consideração que o Báltico é a linha de defesa da Rússia frente à OTAN o que o Mar do Japão é a linha de defesa da China frente à aliança dos Estados Unidos e o Japão. ²¹

As manobras conjuntas *Joint Sea 2017* acontecem uma quinzena depois da visita de Estado, dia 4 de julho, do presidente Xi Jinping da China a Moscou, e fazem prova de extraordinária coordenação política, pouco antes de Xi e o presidente russo

Vladimir Putin se reuniram com o presidente dos EUA Donald Trump, durante a reunião de cúpula do G20 em Hamburgo. A destacar, uma posição coordenada sobre a Coreia do Norte.²²

Além disso, a Rússia e a China participam de organizações regionais de projeção estratégica, como a Organização de Cooperação de Xangai (*Shanghai Cooperation Organization*, SCO), fundada em 2001, integrada também por Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão, e à qual se integraram mais recentemente Paquistão, Índia, Afeganistão e Irã. A origem da organização foi um acordo entre China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão que ficou conhecido como “os Cinco de Xangai”, assinado em 1996, com o objetivo de solucionar tensões fronteiriças. Desde então a cooperação foi se ampliando particularmente na esfera militar, ganhando importância os aspectos de segurança, com intercâmbio de informações entre os serviços de inteligência, e outras iniciativas tendentes a enfrentar o terrorismo, o separatismo e o extremismo, considerados os mais importantes desafios dos países membros. Após a inclusão do Uzbequistão, em 2001, o nome foi mudado para Organização de Cooperação de Xangai.²³

A importância estratégica da organização fez com que ela recebesse o apelido de “a OTAN do Oriente”, em meios de comunicação ocidentais; mas evidentemente nem o seu poder militar, objetivos ou “modus operandi” são comparáveis ao da aliança militar liderada pelos Estados Unidos. Os objetivos econômicos da Organização de Cooperação de Xangai também são relevantes, em particular nos assuntos relativos à energia (petróleo e gás) e à promoção do comércio regional. Em 2007 já tinham sido iniciados mais de vinte projetos de grande escala relacionados com transporte, energia e telecomunicações, impulsionados pela organização.

Em setembro de 2016, pouco antes da cúpula do G-20, o presidente Vladimir Putin visitou Beijing e aproveitou a ocasião para reafirmar a convergência entre a Rússia e a China na avaliação das questões internacionais. Nesse contexto ele confirmou a estratégia de coordenar ações com a China na atuação em organizações internacionais como a ONU, SCO e BRICS. Putin acrescentou que os encontros regulares a nível de chefes de Estado não são suficientes e que por isso foram criadas numerosas comissões bilaterais entre a Rússia e a China. Uma das prioridades é desenvolver a cooperação sino-russa relacionada às altas tecnologias, com projetos conjuntos de tecnologia espacial e aviação, assim como projetos energéticos,²⁴ inclusive no terreno da energia atômica.

Entre os projetos conjuntos na área dos transportes, um visa construir uma linha férrea para trens de alta velocidade entre Moscou e Beijing, passando pela cidade russa de Kazan. O primeiro trecho (Moscou-Kazan) deve estar em operações em 2020 e logo serão iniciados os trabalhos da segunda etapa, com destino em Beijing, atravessando Cazaquistão. Essa linha férrea poderá se integrar com a Nova Rota da Seda, facilitando a conexão da China com o Oriente Médio e a Europa.

A China é hoje a principal parceira comercial da Rússia, com um volume de negócios no patamar dos cem bilhões de dólares, e a cifra está em ascenso. Detalhe importante dessa parceria: os projetos de cooperação são efetivados através de pagamentos recíprocos utilizando as moedas nacionais. A Rússia e a China há muito procuram maneiras de diminuir a influência do dólar no comércio internacional e, ao mesmo tempo, evitar riscos cambiais. O alcance dessa decisão torna-se mais evidente diante das novas sanções impostas a Rússia pelo Congresso dos Estados Unidos e, não sem desconforto, ratificadas por Donald Trump, e diante das ameaças de Washington de retaliações comerciais em relação à China.

A experiência histórica sem dúvida pesa na atual estratégia de promover uma cooperação a cada dia mais estreita entre a Rússia e a China. Basta lembrar as consequências dramáticas da etapa da ruptura entre a União Soviética e a China Popular, em finais dos anos 50 e nos anos 60, não só para a experiência vivida no campo socialista, mas também para os movimentos envolvidos na luta de libertação e para as forças progressistas em geral.

É interessante ouvir do Presidente chinês Xi Jinping, após uma reunião com o presidente russo, em 2016, que “quanto mais difícil ficar a situação internacional, mais decisivamente devemos ser guiados pelo espírito

de cooperação e de amizade (com a Rússia), reforçando o apoio bilateral e a cooperação política e estratégica”.

25

CHINA-RÚSSIA E OS BRICS

No cenário das alianças entre a China e a Rússia destaca-se a criação dos BRICS. Desde 2006, quando foi selado o primeiro acordo de parceria entre os chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China, no marco da 61ª Assembleia Geral da ONU, esse instrumento foi ganhando projeção e ampliou-se com a incorporação, em 2011, da África do Sul, tornando-se BRICS (com “s” maiúsculo ao final, agora representando o quinto integrante do grupo). Os avanços conquistados ano a ano fizeram com que o grupo passasse progressivamente da informalidade à institucionalização. Na III Cúpula dos BRICS, realizada na China, em 2011, novos temas, em particular os econômico-financeiros, foram incorporados à agenda, priorizando setores estratégicos como agricultura, energia, ciência e tecnologia. A identidade de objetivos do grupo avançava e as suas potencialidades iam ficando melhor definidas. Na reunião realizada no Brasil, na cidade de Fortaleza, em 2014, decidiu-se que seria fundado o Novo Banco de Desenvolvimento, ou Banco dos BRICS. A iniciativa visava criar uma alternativa ao arcabouço econômico-financeiro estabelecido em Bretton Woods. O diretor nomeado pelo Brasil para o Banco dos BRICS, o economista Paulo Nogueira Batista Junior, definiu o banco como o fruto mais importante dessa parceria:

O BRICS se coordenou para fazer avançar a reforma do Banco Mundial e do FMI, mas não conseguiu mudanças realmente fundamentais nessas instituições. Alguns fatos recentes confirmam a percepção de que europeus e americanos não querem realmente transformar as entidades sediadas em Washington e adaptá-las ao século XXI. [...] Quando vejo isso acontecer em Washington, penso: “O BRICS fez bem ao criar seu próprio banco de desenvolvimento e seu próprio fundo monetário”. Foi justamente aí que a atuação conjunta do BRICS gerou mais frutos. Por volta de 2011 ou 2012, ficou claro que a reforma das instituições de Washington não avançaria tanto quanto desejávamos. O BRICS decidiu então começar a discutir a criação de mecanismos próprios. Na cúpula do BRICS de Fortaleza em 2014, depois de dois anos de negociação, foram assinados os tratados que criaram o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. Um ano depois, em 2015, a ratificação dos dois tratados foi concluída, e os novos mecanismos começaram a ser operacionalizados.²⁶

O presidente Putin se referiu aos BRICS como um instrumento chave no emergente mundo multipolar atual, destacando a importância do Novo Banco de Desenvolvimento e das mais de 30 formas de cooperação que foram desenvolvidas ao longo do tempo no plano político, econômico, humanitário e de segurança. E lembrou o fato de os cinco membros dos BRICS constantemente reafirmarem o seu compromisso com os princípios fundamentais do direito internacional e com a promoção do papel central das Nações Unidas, acrescentando que os países dos BRICS rejeitam “a política de pressões coercitivas e de cerceamento da soberania de terceiros Estados”, aludindo expressamente à crise no Oriente Médio e particularmente ao caso da Síria.

BRASIL: ELO FRACO DOS BRICS

Uma Eurásia integrada, que no prazo pouco mais de uma década poderá se tornar uma nova potência econômica, com eixo na aliança estratégica entre a Rússia e a China, e somado a isso o sucesso dos BRICS, principalmente pela atuação do Novo Banco de Desenvolvimento, constituem um cenário que muda a atual correlação de forças no mundo. Caso vitoriosa essa perspectiva, com a progressiva perda de influência do Ocidente, os alicerces do sistema internacional atual estariam comprometidos. É difícil prever que novos arranjos poderiam surgir nesse contexto. Uma ONU reformada, com novas regras de jogo internas, por exemplo? Seria, então ela a instituição a dar estabilidade a um novo consenso mundial? Difícil saber. Mas certamente outro seria o cenário mundial.

Esse incerto futuro parece acenar com uma única certeza: Washington e seus aliados deixariam de impor as regras. Daí a tentativa de frustrar a possibilidade de sucesso dessas mudanças. Os métodos utilizados para minar essas transformações são muitos, mas nenhum deles apresenta novidades.

Na tentativa de cercear o fortalecimento da Rússia e da China um dos objetivos é justamente, destruir ou inviabilizar parcialmente os BRICS. Não é difícil compreender que, nesse jogo, a curto prazo o Brasil era o alvo mais fraco e também o mais estratégico aos olhos de Washington: isso porque com o Brasil, os BRICS incorporavam, de fato, toda a América do Sul ao projeto de criar uma alternativa ao domínio ocidental, uma meta cujo sucesso ia ficando claro com a consolidação do Novo Banco de Desenvolvimento.

Era necessário frustrar a consolidação dessa aliança.

Durante o período de governo do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva e, posteriormente, com a sua sucessora, a Presidente Dilma Rousseff, o Brasil desenvolveu uma diplomacia que podemos chamar de “independente” em relação aos anseios de Washington, começando pela oposição ao Tratado de Livre Comércio das Américas, ALCA, que foi, efetivamente, inviabilizado pela atuação do Brasil em conjunto com outros países latino-americanos cujos governos defendiam os mesmos ideais do Brasil. Essa diplomacia priorizou a estratégia de fortalecer a autonomia econômica e a soberania dos países da região, através de iniciativas como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Outra meta foi a inserção mais ativa do Brasil em outras regiões e a cooperação com países fora das Américas com os quais houvesse identidade de princípios. Foi assim que o Brasil incentivou a criação do Foro IBAS, com a Índia e África do Sul, reunindo as três maiores democracias multirraciais do mundo em desenvolvimento. E um momento culminante dessa estratégia foi incorporação do Brasil no BRICS.

Uma das reações a essas iniciativas foi a tentativa de realinhar o Brasil na esfera de influência dos Estados Unidos. A Doutrina Monroe não perdeu vigência para a Casa Branca nem para o Pentágono...

Pelo peso do país na região, em particular na América do Sul, se a estratégia de Washington em relação ao Brasil for vitoriosa, não só os BRICS saíam afetados. Indiretamente, também outras experiências, como as da Bolívia, do Equador e da Venezuela ficariam enfraquecidas nas suas tentativas de superar a histórica dependência latino-americana em relação aos interesses dos Estados Unidos.

E a estratégia resultou vitoriosa, pelo menos no curto prazo. Ela contou com a participação de importantes grupos econômicos e políticos brasileiros, lideranças e instituições do mundo empresarial e da mídia, em particular a Rede Globo, o maior oligopólio mediático do país. Com a anuência de um Congresso dominado por grupos conservadores (com um elevado número de legisladores investigados por denúncias de corrupção), com o aval da Justiça, foi consumado o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Em menos de seis meses, o novo governo, encabeçado pelo vice-presidente Michel Temer, ele mesmo acusado de corrupção, derogou grande parte das medidas implementadas pelos governos Lula da Silva e Rousseff no plano social e econômico e mudou substancialmente a política externa. Foi levado ao nível mais baixo o comprometimento com as instituições tendentes a fortalecer a integração sul-americana e foi praticamente congelada a atuação em acordos de maior envergadura promovidos pelos governos anteriores, como por exemplo, no BRICS. O Brasil foi reconduzido à esfera de influência de Washington.

Por esses motivos muitos estudiosos não duvidam em colocar o chamado “golpe parlamentar” no Brasil no marco da estratégia maior de atingir os interesses geopolíticos da Rússia e da China, na qual se insere o projeto de inviabilizar o BRICS.

RÚSSIA E A “ERA TRUMP”

A imprensa internacional vinha especulado muito nos últimos meses, sobre uma possível mudança de estratégia dos Estados Unidos, com Donald Trump na presidência, em relação à Rússia. Entre os elementos que permitiam pensar nessa hipótese estava a nomeação de Rex Tillerson, até o final do ano passado CEO da

poderosa EXXON, para o cargo de Secretário de Estado (ministro das Relações Exteriores). São conhecidos os vínculos que ele construiu com o Kremlin a partir de sua posição chave nos negócios vinculados à energia, um dos recursos naturais mais importantes da Rússia. A sua nomeação poderia indicar a aspiração do novo governo de superar as tensões com Moscou herdadas da administração anterior. Imaginava-se que detrás dessa possível distensão estaria a aspiração de Trump de atrair a Rússia para a esfera ocidental, minando a aliança com a China, identificada como o principal rival a ser enfrentado pelos Estados Unidos.

Nesse contexto causou desassossego o vazamento da notícia, publicada no final do ano passado no *Der Bild*, um jornal da Alemanha, sobre um plano que teria sido elaborado por Henry Kissinger para reconhecer oficialmente a Crimeia como parte da Rússia e para levantar as sanções econômicas contra esse país, impostas pelos EUA e pela União Europeia durante o governo Obama.²⁷ Kissinger foi alçado a assessor informal de Trump justamente por seus vínculos com Tillerson e com a família Rockefeller, que está até hoje no *Board* de Diretores da EXXON. (Aliás, surgiu um grafite nos muros de Washington que dizia “com Tillerson confirmado como Secretário de Estado a EXXON acaba de anexar os Estados Unidos [...]”).

A Casa Branca, no entanto, desmentiu a possibilidade de mudar o patamar de relações com a Rússia. Aliás, isso nem era necessário. O comportamento nos últimos meses do Congresso e da *mainstream* mídia em relação ao *affair* “interferência russa na campanha eleitoral dos EUA” – sejam as denúncias verdadeiras ou não – mostram que não há nenhuma intenção hoje, nesses setores decisivos da política estadunidense, de estabelecer um relacionamento respeitoso e amigável com o governo russo.

Mas, mesmo se forem verdadeiras as especulações iniciais, cabe a pergunta: que interesse teria a Rússia em sacrificar a aliança estratégica com a China por uma - precária - reaproximação com os Estados Unidos? Conseguir um certo alívio na economia? Frear o avanço da OTAN nas suas fronteiras?

Parece difícil que o Presidente Putin se sinta atraído por essa possibilidade. Se era difícil de imaginar esse cenário quando a economia russa atravessava seus momentos mais difíceis, essa possibilidade parece muito distante agora. A hipótese que realmente interessaria a Moscou seria outra: um cenário de “ganha-ganha”, atrativo não só para a Rússia, mas também para os Estados Unidos e especialmente para a Europa. Nesse cenário, o estabelecimento de relações construtivas com a Rússia não estaria subordinado a uma cisão na aliança com a China, mas ao contrário, faria da Rússia um ator importante na aproximação com Beijing.

O EXEMPLO DO ORIENTE MÉDIO

Parte dos conflitos que nos anos recentes têm afetado dramaticamente a vida de milhões de seres humanos, em diferentes latitudes, também são exemplos, como já citado, do confronto de interesses que fez ressurgir o cenário da Guerra Fria. E, mais uma vez, repetindo o que tem acontecido ao longo da história, a posição estratégica e a riqueza petrolífera colocam o Oriente Médio como cenário privilegiado dessa disputa.

Vejam os exemplos da Síria. A participação dos EUA nessa guerra, aliás nunca declarada, como não foram outras que destruíram países nos anos recentes – essa “guerra híbrida”, segundo a denominam alguns autores – começou sendo apresentada, em particular ao público dos Estados Unidos, como uma “intervenção humanitária”. Para tal os estrategistas norte-americanos contaram com meios de comunicação que partilham os mesmos interesses e interpretações ideológicas. A duração do conflito e as características que foi adquirindo mostraram que de uma “intervenção humanitária” passou-se a uma estratégia de “mudança de regime”. Não se escondia mais a meta de tirar o presidente Bashar al-Assad do poder. Nenhuma novidade, pois tratava-se de uma repetição dos acontecimentos no Iraque e, posteriormente, na Líbia, dois países árabes que depois de destruídos, ao contrário da prometida democracia, entraram em completo caos, viraram colchas de retalhos e acolheram todo tipo de terroristas. A Síria não é um simples peão – utilizando-nos da linguagem do xadrez – no jogo de interesses do Oriente Médio. Assim como a Ucrânia, ela é chave na estratégia de Washington e da OTAN de frustrar a presença russa no mercado de gás natural europeu.²⁸

Quando a Rússia decidiu intervir em apoio do governo do presidente al-Assad o roteiro do conflito na Síria mudou. Ainda é cedo para afirmar com toda certeza que não haverá uma repetição do caso da Líbia, mas esse desfecho já não se apresenta como o mais factível. Muitas razões devem ter pesado para que Moscou tomasse essa decisão, mas certamente a importância da Síria para a geopolítica e para a economia russas relativas à exportação de gás para a Europa foram decisivas. Outra razão estaria na proximidade da Síria da Ásia central e no peso da população muçulmana na própria Rússia, estimada em vinte milhões de habitantes. Caso a Síria caísse nas mãos de fundamentalistas muçulmanos, do ISIS ou dos chamados “rebeldes” na mídia ocidental, o território sírio serviria de trampolim para o avanço desses grupos na direção da Rússia.

A intervenção de Moscou na guerra da Síria passou a ser apresentada por importantes veículos da mídia ocidental como uma agressão, desconsiderando o fato de ela contar com o aval e de ter surgido a partir de uma solicitação do próprio governo de Damasco. A visita surpresa de Bashar al-Assad a Moscou em outubro de 2015 para agradecer o apoio russo – a única viagem do presidente sírio ao exterior desde o início da guerra – por si só desmente tal versão. Aliás o uso da informação (ou desinformação) como arma de guerra é conhecido desde os primórdios da civilização e no século 20, com a revolução tecnológica no campo da comunicação, as ferramentas e as técnicas foram aperfeiçoadas e ampliadas. A batalha pelos “corações e mentes” passou a ser tão importante quanto a que é travada no terreno estritamente militar.²⁹ Até ganhou o belo nome de *soft power*, dado por Joseph Nye;³⁰ e esse poder se utiliza de celebridades, do cinema, da TV, e mais recentemente, das mídias sociais para atingir seus objetivos. Impossível no mundo atual estudar as formas de dominação e a implementação do poder hegemônico sem analisar o papel da mídia.

O fato é que a intervenção russa na guerra da Síria parece ter impedido um desfecho similar ao da Líbia, que faria parte do projeto dos Estados Unidos e seus aliados de Israel, com anuência de Londres, de redesenhar as fronteiras do Oriente Médio. Um projeto que já foi chamado de “o novo Sykes-Picot”,³¹ mediante a balcanização, isto é, a fragmentação, de países considerados potenciais inimigos ou que detêm algum recurso natural cujo controle é almejado por Washington. Esse projeto, que faria surgir “um novo Oriente Médio”, foi apresentado pela primeira vez em 2006, por Condoleezza Rice, na época Secretária de Estado norte-americana, em Telavive. Um arco de instabilidade seria criado desde o Líbano e Síria até o Golfo Pérsico, incluindo os territórios palestinos, Iraque, Irã, chegando até o Afeganistão.

No cenário de Estados fragmentados e debilitados seria facilitada a ação dos EUA e os seus aliados, em particular no plano energético. A invasão de 2003 ao Iraque era concebida como o preâmbulo para a divisão do Oriente Médio, como ficou em evidência anos mais tarde, quando a virtual fragmentação do país em três diferentes áreas tornou-se uma realidade. O plano não se limita, aliás, ao Oriente Médio: esse “arco de instabilidade” daria cobertura à extensão da influência norte-americana na região da Ásia central.

Outro objetivo de Washington na guerra da Síria tem a ver com o ambicioso projeto chinês da Nova Rota da Seda. Ao longo da história, o comércio de longa distância da China tem utilizado o território sírio. A Rota da Seda original passava pelas cidades de Palmyra e Damasco. E até o início da guerra, comerciantes sírios faziam compras por atacado na região sul de Xangai para revender no Oriente Médio. Nessa região fica o maior centro atacadista de bens de consumo do mundo e os comerciantes árabes sempre foram importantes clientes desse mercado. A rota, já comprometida pela guerra, poderia ficar inviabilizada com um desfecho que levasse à fragmentação do país e ao predomínio de atores hostis à China.

UMA REFLEXÃO FINAL

Diante da constatação de vivermos num momento histórico que poderá ser visto no futuro como o início de uma nova era, tal a profundidade das mudanças, muitas questões afloram. Que significará para a Humanidade como um todo a emergência da Ásia, com a Rússia e a China como atores de primeira grandeza? Será um avanço? Um retrocesso?

Alguns estudiosos se apoiarão na história para afirmar que nem a China em a Rússia tem tido uma atuação comparável à das potências ocidentais nas suas relações com o resto do mundo, nem manifestam atualmente voracidade semelhante à da conquista colonial ou à predadora etapa neocolonial. Só esse argumento já permitiria deduzir que as mudanças poderiam abrir as portas para novas formas de relacionamento a nível internacional, onde prevaleçam valores e princípios como os que nortearam a própria fundação das nações Unidas. Outros apresentarão argumentos para refutar essa visão.

Estas reflexões surgem numa data muito especial, o ano do centenário da Revolução Russa de 1917, cuja importância e cujo legado também suscitam controvérsias; mas ninguém nega o impacto desse acontecimento no rumo da história do século 20. O mundo conturbado de hoje, é propício para que se procure inspiração na história a fim de analisar quais caminhos poderão nos conduzir a um mundo de paz, justiça social, igualdade de gênero e de raças, respeito por todas as crenças e religiões, sustentabilidade ambiental ... e quais os erros cuja repetição deveríamos evitar.

A Revolução de Outubro e o seu legado nos brindam importantes elementos de reflexão.

REFERÊNCIAS

- 2nd EASTERN Economic Forum kick starts in Vladivostok Live updates. RT, 2 Sep. 2016. Disponível em: <https://on.rt.com/7o76>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- ASSANGE, Julien. The secrets of the US election: Julian Assange talks to John Pilger (Interview). 5 nov. 2016. Disponível em: <http://johnpilger.com/articles/the-secrets-of-the-us-election-julian-assange-talks-to-john-pilger>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Brics em Goa: Aliança tem tido considerável influência nas discussões econômico-financeiras internacionais. *O Globo*, 14 out. 2016. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/brics-em-go-20286855?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em: 21 abr. 2017.
- BHADRAKUMAR, M. K. Novo normal na cooperação militar Rússia-China. *Indian Punchline*, 23 jul. 2017. Tradução de Coletivo Vila Vudu. Disponível em: <http://blogdoalok.blogspot.com.br/2017/07/novo-normal-na-cooperacao-militar.html>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- BUNCOMBE, Andrew. Henry Kissinger has 'advised Donald Trump to accept' Crimea as part of Russia. *Independent*, 27 dez. 2016. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/people/henry-kissinger-russia-trump-crimea-advises-latest-ukraine-a7497646.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- BUSZYNSKI, Leszek. Oil and territory in Putin's relations with China and Japan. *The Pacific Review*, v. 19, n. 3, p. 287-303, Sept. 2006. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/09512740600875069>
- CHINA e Rússia continuarão cooperando apesar da situação internacional caótica. *Sputnik Brasil*, 25 jun. 2016. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201606255289124-china-russia-situacao-internacional/>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. New York: Seven Stories Press, 1997.
- DITTMER, Lowell. The Sino-Russian Strategic Partnership. *Journal of Contemporary China*, v. 10, n. 28, p. 399-413, 2001. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/10670560120067108>
- DECADE Forecast: 2015-2025. In: STRATFOR. 23 fev. 2015. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/forecast/decade-forecast-2015-2025>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- DUFOUR, Jules. The Worldwide network of US Military Bases: The Global Deployment of US Military Personnel. *Global Research*, 1 July 2007. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/the-worldwide-network-of-us-military-bases/5564>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- ENGDAHL, F. William. The Syrian Pipeline War: How Russia Trumped USA Energy War in the Mideast. *Russia Insider*, 21 set. 2016. Disponível em: <http://russia-insider.com/en/russia-trumps-usa-energy-war-mideast-httpjournal-neoorg20160917russia-trumps-usa-energy-war-mideast>. Acesso em: 25 abr. 2017.

- FERNANDES, Luis. Brasil: a dimensão geopolítica do golpe. *Carta Capital*, 06 out. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/brasil-a-dimensao-geopolitica-do-golpe-1>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- FREI BETTO. Decadência do Ocidente. *Gente de Opinião*, 7 fev. 2017. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/noticia/decadencia-do-ocidente-por-frei-betto/163034>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. IMF Staff Concludes Visit to Russian Federation. 29 Nov. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2016/11/29/PR16529-Russian-Federation-IMF-Staff-Concludes-Visit>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- McCOY, Alfred. Declínio e queda do império americano: quatro cenários para o fim do século americano em 2025. *resistir.info*, 14 dez. 2010. Disponível em: http://resistir.info/eua/decline_fall_p.html. Acesso em: 13 abr. 2017.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- NYE, Joseph. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.
- ‘QUE haja uma corrida armamentista’, diz Trump sobre arsenais nucleares. *Época*, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2016/12/que-haja-uma-corrida-armamentista-diz-trump-sobre-arsenais-nucleares.html>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- QUORA. How much stronger is the US military compared with the next strongest power. *Military 1*, 30 Jan. 2014. Disponível em: <https://www.military1.com/all/article/402211-how-much-stronger-is-the-us-military-compared-with-the-next-strongest-power/>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- RAMONET, Ignácio. Os 10 pontos que explicam o Novo Sistema Mundial. *Carta Maior*, 5 out. 2016. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-10-pontos-que-explicam-o-Novo-Sistema-Mundial/6/36951>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- SCHEARF, Daniel. Russia Bristles at NATO Expansion in Eastern Europe. *VOA News*, 12 Feb. 2016. Disponível em: <http://www.voanews.com/a/russia-bristles-at-nato-expansion-in-eastern-europe/3187959.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- SIPRI - Gastos Militares no Mundo – 2016. 23 abr. 2017. *Defesanet*. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/25501/SIPRI---Gastos-Militares-no-Mundo---2016/>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- STIGLITZ, Joseph E. The chinese century. *Vanity Fair*, Jan. 2015. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/news/2015/01/china-worlds-largest-economy>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- TRUMP quer aumentar arsenal nuclear dos EUA. *CartaCapital*, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/trump-quer-aumentar-arsenal-nuclear-dos-eua>. Acesso em: 22 fev. 2017.

NOTAS

2 RAMONET, Ignácio. Os 10 pontos que explicam o Novo Sistema Mundial. *Carta Maior*, 5 out. 2016. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-10-pontos-que-explicam-o-Novo-Sistema-Mundial/6/36951>. Acesso em: 20 abr. 2017; McCOY, Alfred. Declínio e queda do império americano: quatro cenários para o fim do século americano em 2025. *resistir.info*, 14 dez. 2010. Disponível em: http://resistir.info/eua/decline_fall_p.html. Acesso em: 13 abr. 2017; FREI BETTO. Decadência do Ocidente. *Gente de Opinião*, 7 fev. 2017. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/noticia/decadencia-do-ocidente-por-frei-betto/163034>. Acesso em: 21 abr. 2017.

3 DECADE Forecast: 2015-2025. *Stratfor*, 23 fev. 2015. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/forecast/decade-forecast-2015-2025>. Acesso em: 22 abr. 2017.

4 HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 24.

5 Por maiores detalhes ver: STIGLITZ, Joseph E. The chinese century. *Vanity Fair*, Jan. 2015. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/news/2015/01/china-worlds-largest-economy>. Acesso em: 16 abr. 2017.

6 DUFOUR, Jules. The Worldwide network of US Military Bases: The Global Deployment of US Military Personnel. *Global Research*, 1 July 2007. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/the-worldwide-network-of-us-military-bases/5564>. Acesso em: 18 abr. 2017.

7 QUORA. How much stronger is the US military compared with the next strongest power. 30 Jan. 2014. Disponível em: <https://www.military1.com/all/article/402211-how-much-stronger-is-the-us-military-compared-with-the-next-strongest-power/>. Acesso em: 12 fev. 2017; SIPRI - Gastos Militares no Mundo – 2016. 23 abr. 2017. Disponível em: <http://www.defesane.com.br/geopolitica/noticia/25501/SIPRI---Gastos-Militares-no-Mundo---2016/>. Acesso em: 15 fev. 2017.

8 TRUMP quer aumentar arsenal nuclear dos EUA. *CartaCapital*, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/trump-quer-aumentar-arsenal-nuclear-dos-eua>. Acesso em: 22 fev. 2017; 'QUE haja uma corrida armamentista', diz Trump sobre arsenais nucleares. *Época*, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2016/12/que-haja-uma-corrida-armamentista-diz-trump-sobre-arsenais-nucleares.html>. Acesso em: 16 abr. 2017.

9 Tradução nossa. Ver a entrevista no site de John Pilger: ASSANGE, Julien. The secrets of the US election: Julian Assange talks to John Pilger (Interview). 5 nov. 2016. Disponível em: <http://johnpilger.com/articles/the-secrets-of-the-us-election-julian-assange-talks-to-john-pilger>. Acesso em: 17 abr. 2017.

10 FERNANDES, Luis. Brasil: a dimensão geopolítica do golpe. *Carta Capital*, 06 out. 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/brasil-a-dimensao-geopolitica-do-golpe-1>. Acesso em: 23 abr. 2017.

11 FERNANDES, 2016, "Desenvolvimento Desigual e Ordem Mundial", par. 4-7.

12 A China e a Índia, além de potências nucleares, também são potências do ponto de vista demográfico, econômico e territorial.

13 Porta-vozes do Kremlin têm afirmado que a decisão da OTAN de aumentar a sua presença nas fronteiras russas ameaça a estabilidade não da Rússia, mas da Europa. Numa declaração que lembra os enfrentamentos Leste-Oeste no pós Segunda Guerra, os ministros de Defesa dos países membros da OTAN justificaram a iniciativa alegando propósitos defensivos na região oriental da Europa e no Báltico. "Será uma força multinacional pois queremos deixar claro que um ataque contra um dos aliados será considerado um ataque contra todos e que a aliança responderá de forma conjunta" (tradução nossa), afirmou Jens Stoltenberg, secretário-geral da OTAN. SCHEARF, Daniel. Russia Bristles at NATO Expansion in Eastern Europe. *VOA News*, 12 Feb. 2016. Disponível em: <http://www.voanews.com/a/russia-bristles-at-nato-expansion-in-eastern-europe/3187959.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

14 2nd EASTERN Economic Forum kick starts in Vladivostok Live updates. *RT*, 2 Sep. 2016. Disponível em: <https://on.rt.com/7o76>. Acesso em: 20 fev. 2017.

15 Relatório da missão do FMI que visitou a Rússia em novembro de 2016: INTERNATIONAL MONETARY FUND. IMF Staff Concludes Visit to Russian Federation. 29 Nov. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2016/11/29/PR16529-Russian-Federation-IMF-Staff-Concludes-Visit>. Acesso em: 21 abr. 2017.

16 O nome Rota da Seda foi cunhado por Ferdinand Freiherr von Richthofen (1833-1905), um viajante e geógrafo alemão autor do livro *O Grande Mapa da China*, fruto de suas andanças por esse país ao longo de cinco anos. Ele utilizou a expressão *Seidenstrasse* (Rota da Seda) para descrever a sofisticada rede comercial e cultural que conectava a Ásia, a partir de Xi'An, na China, ao Oriente Médio e Europa. Outro europeu que associou o seu nome para sempre à Rota da Seda foi Marco Polo, pelos vínculos que estabeleceu entre a sua Itália natal e a China.

17 O Tratado Transpacífico de Livre Comércio (TPP) ou Parceria Transpacífico (em inglês *Trans-Pacific Partnership [TPP]*) é um acordo de livre comércio estabelecido entre os países do Oceano Pacífico, com objetivos políticos e econômicos. Assinado em outubro de 2015, após sete anos de negociações, no fundo ele está destinado a fortalecer a posição no Pacífico dos EUA e do Canadá. O Tratado é uma expansão do Acordo de Parceria Econômica Estratégica Trans-Pacífico (TPSEP), assinado em 2005.

18 DITTMER, Lowell. The Sino-Russian Strategic Partnership. *Journal of Contemporary China*, v. 10, n. 28, p. 399-413, 2001. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/10670560120067108>

19 Nessa declaração conjunta, a China e a Rússia enfatizavam os princípios que orientariam as relações entre ambas: "respeito mútuo da soberania, integridade territorial, não-agressão e não-interferência".

20 Em Vladivostok, onde participaram importantes delegações da Rússia, China, Japão e Coreia do Sul foram assinados mais de duzentos acordos econômicos por valor superior a US\$ 26 bilhões. Foi mais um exemplo da vitalidade da integração da Eurásia.

21 BHADRAKUMAR, M. K. Novo normal na cooperação militar Rússia-China. *Indian Punchline*, 23 jul. 2017. Tradução de Coletivo Vila Vudu. Disponível em: <http://blogdoalok.blogspot.com.br/2017/07/novo-normal-na-cooperacao-militar.html>. Acesso em: 24 jul. 2017.

22 Ibidem, par. 8.

23 Os seis membros fundadores da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) possuem, em conjunto, um território que representa 60% da Eurásia e têm a quarta parte da população mundial. Considerando os países que aderiram posteriormente, hoje a OCX reúne praticamente a metade da população do mundo.

24 BUSZYNSKI, Leszek. Oil and territory in Putin's relations with China and Japan. *The Pacific Review*, v. 19, n. 3, p. 288, Sept. 2006. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/09512740600875069>

25 CHINA e Rússia continuarão cooperando apesar da situação internacional caótica. *Sputnik*, par. 1, 25 jun. 2016. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/mundo/201606255289124-china-russia-situacao-internacional/>. Acesso em: 19 abr. 2017.

26 BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Brics em Goa: Aliança tem tido considerável influência nas discussões econômico-financeiras internacionais. *O Globo*, par. 3-4, 14 out. 2016. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniaio/brics-em-go-20286855?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em: 21 abr. 2017.

27 BUNCOMBE, Andrew. Henry Kissinger has 'advised Donald Trump to accept' Crimea as part of Russia. *Independent*, 27 dez. 2016. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/people/henry-kissinger-russia-trump-crimea-advises-latest-ukraine-a7497646.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

28 ENGDahl, F. William. The Syrian Pipeline War: How Russia Trumped USA Energy War in the Mideast. *Russia Insider*, 21 set. 2016. Disponível em: <http://russia-insider.com/en/russia-trumps-usa-energy-war-mideast-httpjournal-neoorg20160917-russia-trumps-usa-energy-war-mideast>. Acesso em: 25 abr. 2017.

29 Para compreender melhor o alcance desta afirmação ver os argumentos desenvolvidos por Noam Chomsky em: CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. New York: Seven Stories Press, 1997.

30 NYE, Joseph. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

31 O acordo *Sykes-Picot*, assim batizado por serem esses os dois negociadores, em representação do Reino Unido e da França, foi um tratado secreto, assinado em 1916, ainda em plena Primeira Guerra Mundial, entre essas duas potências e definia quais territórios do Oriente Médio – então províncias do Império Otomano – ficariam com cada uma delas no final de guerra, quando esse império fosse desmembrado.